



TRIBUNAL DE JUSTIÇA - PI

ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Praça Des. Edgard Nogueira, S/N - Centro Cívico
TERESINA - PI - CEP 64000-830 - Fone: (86) 216-7401

15 04 09

1º Secretário

Teresina, 15 de abril de 2009.

A Sua Excelência o Senhor
Dep. Themistocles Sampaio Filho
Presidente da Corte Legislativa
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
LOCAL

ASSUNTO: Encaminhando as Resoluções nºs 14/09 e 18/09.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com os meus cumprimentos, encaminho a Vossa Excelência as Resoluções nºs 14/09 e 18/09, respectivamente, de 26 de março de 2009 e 02 de abril de 2009, que dispõem acerca dos Projetos de Leis Complementares alterando a Lei nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979 - Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí e alterando a Lei Complementar nº 115, de 25 de agosto de 2008, que "dispõe sobre o Plano de Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Piauí e dando outras providências", aprovadas por este egrégio Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, para fins de apreciação dessa Excelsa Assembleia Legislativa do Estado do Piauí.

Atenciosamente,

Desembargador RAIMUNDO NONATO DA COSTA ALENCAR
PRESIDENTE do TJ-PI



ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

LIDO NO EXPEDIENTE

Em, 15 / 1 / 2009

1º Secretário

Resolução nº 014/2009, de 26 de março de 2009.

O EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que, em decorrência da frequente modificação na organização judiciária do Estado, indispensável para atender situações especiais, há Comarcas que deixaram de constar da Lei respectiva,

CONSIDERANDO que, dessas Comarcas, existem algumas que necessitam da criação de mais uma vara, para atender à crescente demanda processual,

CONSIDERANDO que a competência criminal pela pessoa da vítima cria conflitos de jurisdição que podem atrasar o andamento dos feitos, fazendo-se necessária a definição de seus limites,

R E S O L V E:

Art. 1º Aprovar em Sessão Plenária de caráter administrativo, realizada em 26 de março de 2009, e encaminhar à Assembléia Legislativa o anexo Projeto de Lei Complementar, propondo a alteração da Lei n. 3.716, de 12 de dezembro de 1979 – Lei de Organização Judiciária.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 04/2008, DE 2008

AGOSTO DE

Altera a Lei n. 3.716, de 12 de dezembro de 1979 – Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

FAÇO saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Dá nova redação à letra “i” do inciso II e acrescenta a letra “e” ao inciso III, ambos ao artigo 5º, da Lei nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979 – Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí, que passam a vigorar da forma que segue:



ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

“ Art. 5º

II-

i) Oeiras, Corrente e Piripiri, as primeiras, com duas varas e um Juizado Especial Cível e Criminal, e a última, com três varas e um Juizado Especial Cível e Criminal;

III-

e) Altos e Valença, ambas com uma vara e um Juizado Especial Cível e Criminal”.

Art. 2º Dá nova redação às letras “g” e “h”, do inciso VI, do art. 41 da Lei nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979 – Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí

“Art.

41.....

VI

g) 7ª Vara Criminal, privativa de delitos sobre tráfico de drogas e de crimes sexuais praticados ou tentados contra crianças e adolescentes, bem como os definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990 – ECA), ressalvada a competência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais;

h) 8ª Vara Criminal, privativa de crimes sexuais praticados ou tentados contra idosos e portadores de deficiência física ou mental e dos crimes definidos no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/2003), ressalvada a competência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais”.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário e sua implantação fica condicionada ao atendimento dos requisitos previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar n. 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.



ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SALA DAS SESSÕES DO EGRÉGIO TRIBUNAL PLENO, em Teresina (PI), 26 de março de 2009.

Raimundo Nonato da Costa Alencar
DES. **RAIMUNDO NONATO DA COSTA ALENCAR**
PRESIDENTE do TJ-PI

DES. **ROSIMAR LEITE CARNEIRO**
CORREGEDORA GERAL DA JUSTIÇA

José Ribamar Oliveira
DES. **JOSÉ RIBAMAR OLIVEIRA**
VICE-PRESIDENTE

Luiz Gonzaga Brandão de Carvalho
DES. **LUIZ GONZAGA BRANDÃO DE CARVALHO**

Edvaldo Pereira de Moura
DES. **EDVALDO PEREIRA DE MOURA**

DES. **EULÁLIA MARIA RIBEIRO GONÇALVES NASCIMENTO**
PINHEIRO

DES. **ANTONIO PERES PARENTE**

Fernando Carvalho Mendes
DES. **FERNANDO CARVALHO MENDES**

Haroldo Oliveira Rehem
DES. **HAROLDO OLIVEIRA REHEM**

Raimundo Eufásio Alves Filho
DES. **RAIMUNDO EUFRÁSIO ALVES FILHO**

DES. **VALÉRIO NETO CHAVES PINTO**

Joaquim Dias de Santana Filho
DES. **JOAQUIM DIAS DE SANTANA FILHO**

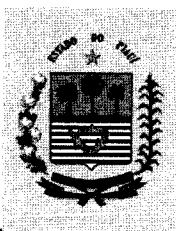
DES. **FRANCISCO ANTONIO PAES LANDIM**



ESTADO DO PIAUÍ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Sebastião Ribeiro Martins
DES. **SEBASTIÃO RIBEIRO MARTINS**

José James Gomes Pereira
DES. **JOSÉ JAMES GOMES PEREIRA**



Assembleia Legislativa

Presidente da Comissão de

Justiça

para os devidos fins.

Em 23 / 04 / 09

Elkangs

Presidente da Comissão de
Justiça

AO Deputado *João Maldison*

para relatar.

Em 23 / 04 / 09

W. S.

Presidente da Comissão de
Justiça



ESTADO DO PIAUÍ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 04/2008

PROCESSO AL – 804/09

AUTOR: TRIBUNAL DE JUSTIÇA – PODER JUDICIÁRIO

RELATOR: JOÃO MÁDISON

I – RELATÓRIO

Encaminhado a esta relatoria nos termos do Art. 47, Inciso VI, do Regimento Interno, a proposição para emitir o parecer conforme dispõe os arts. 59 a 63, 139 e seguintes do mesmo diploma legal já elencado, a referida proposição que **Altera à Lei nº 3.716, de 12 de dezembro de 1979, Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí, e dá outras providências.**

A proposição faz parte do Processo Legislativo art. 73, III, 75, 62, inciso II e 116 da Constituição Estadual e 96, inciso I alínea “b” da Constituição Federal combinado com os arts. 96, inciso I, alínea “b” e 105 do Regimento Interno.

Em decorrência da freqüente modificação na organização judiciária do Estado, indispensável para atender situações especiais, há Comarcas que deixaram de constar da Lei respectiva, dessas Comarcas, existem algumas que necessitam da criação de mais uma vara, para atender à crescente demanda processual.

II – VOTO DO RELATOR

Visto e analisado o relatório por a proposição se encontrar nos dispositivos regimental constitucional e de boa técnica legislativa, somos de parecer favorável a sua normal tramitação e aprovação.

**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 22 de maio de 2009.**

Dep. **JOÃO MADISON**
Relator

Com abstenção do
Dep. Madson
Mendes

APROVADO A UNANIMIDADE
Em 26/05/09

Presidente da Comissão de
Justiça



Assembléia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Adm. Pública

para os devidos fins.

Em 29 / 05 / 09

Elvany

Conselho de Maria Lages Redig.
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

Antônio Gama

para relatar.

Em 26 / 05 / 09

Antônio Gama
Presidente Comissão de Administração
Pública



**ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
GAB. DEP. LEAL JÚNIOR**

**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 004/09**

ASSUNTO: Altera a Lei nº 3.716, de 12 de Dezembro de 1979 - Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí e dá outras providências.

AUTOR: PODER JUDICIÁRIO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATOR: DEP. LEAL JÚNIOR

I - RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei Complementar de autoria do Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, pelo qual se altera a Lei nº 3.716, de 12 de Dezembro de 1979 - Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí e dá outras providências.

O presente projeto de lei visa alterar os incisos II e III do artigo 5º e dar nova redação as letras “g” e “h” do inciso VI, do art.. 41 da Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí.

Especificamente dispõe-se sobre a criação de varas e varas especializadas em nosso Estado.

As despesas decorrentes do projeto em questão correrão por conta da dotação do referido Poder, art. 3º.

Assinatura manuscrita do relator, Dep. Leal Júnior, localizada no canto inferior direito da página.

O projeto fora aprovado à unanimidade pela Comissão de Constituição e Justiça da ALEPI.

É o relatório.

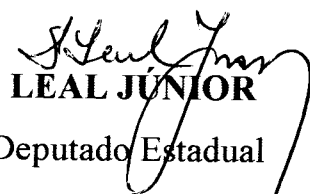
II - FUNDAMENTAÇÃO


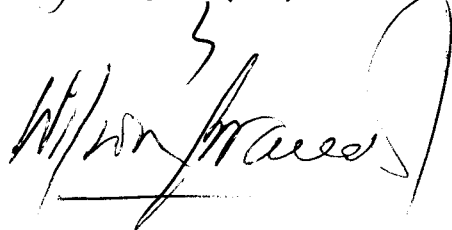
Com as modificações propostas no presente projeto de Lei Complementar, pelo qual se altera a Lei n 3.716, de 12 de Dezembro de 1979 - Lei de Organização Judiciária do Estado do Piauí, visa-se dar mais efetividade à prestação jurisdicional, atendendo à crescente demanda processual.

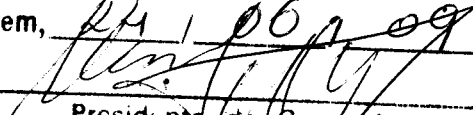
As modificações elencadas, criação de novas varas e a especificação de determinadas varas criminais irão certamente atingir esses objetivos.

DO EXPOSTO, com fulcro no art. 34, II, do Regimento Interno, somos de parecer favorável pela aprovação do presente projeto de lei complementar.

**SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLÉIA
LEGISLATIVA DO PIAUÍ, 09 DE JUNHO DE 2009**


LEAL JÚNIOR
Deputado Estadual

APROVADO A UNANIMIDADE
em, 04/06/09

Presidente da Comissão de
Adm. Pública

